

Congresso promulga a convocação da Constituinte

BRASÍLIA — Com o plenário lotado de parlamentares, Ministros de Estado, autoridades eclesiásticas e delegações estrangeiras, o Congresso promulgou ontem, em sessão solene na Câmara, a emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a reunir-se em 1º de fevereiro de 1987. Emocionado, o Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães (SP), dizia que, depois de anos de luta, a Constituinte veio "pela reforma" e não pela beligerância da ruptura". E mais:

— Ou o Estado muda pela evolução, ou a violência será parceira dessa transformação. Não haverá desvio de rota. Aleluia, Senhor! Abençoe esse sonho para que não acabe em pesadelo.

As galerias estavam vazias, mas pela primeira vez, em muitos anos, parlamentares e autoridades lotaram o plenário para assistir à promulgação de uma emenda constitucional: não havia lugar para todos e muita gente teve que assistir à solenidade de pé. Ministros de Estado e o Corpo Diplomático, presenças raras no Congresso, compareceram em peso. Entre os ministros, o Chefe da Casa Civil da Presidência, José Hugo Castelo Branco; o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto; o dos Transportes, Afonso Camargo; o da Administração, Aluísio Alves; o da Previdência, Valdir Pires; o do Interior, Ronaldo Costa Couto; o da Agricultura, Pedro Simon; o das Minas e Energia, Aureliano Chaves; o da Desburocratização, Paulo Lustosa; do o Chefe SNI, General Ivan de Souza Mendes; e o da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão.

Coube ao Líder do Governo, Pimenta da Veiga, homenagear o Presidente José Sarney, "que em nenhum momento hesitou nesta histórica decisão" e sem o qual, segundo

ele, não haveria convocação. A solenidade, marcada por um clima de vitória da Nova República, durou uma hora. Ao abrir a sessão, às 10h25m, o Presidente da sessão conjunta, Senador José Fragelli, convidou o Ministro Rafael Maia, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal a fazer parte da mesa, ao lado de Ulysses Guimarães.

Das galerias, o Batalhão de Guardas Presidencial executou o Hino Nacional. Fragelli prosseguiu, então, com um relato sobre toda a tramitação da emenda, que foi lida em seguida pelo secretário do Senado, Enéias Faria (PMDB-PR). Sob aplausos dos convidados, Ulysses foi

Ulysses garantiu que a Constituinte é a retomada da soberania do povo

o primeiro a assinar a emenda. Logo depois assinaram Fragelli e os membros das Mesas das duas Casas. Foram confeccionados seis originais do documento, destinados à Câmara, ao Senado, à Presidência da República, ao Supremo, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Arquivo Nacional.

Nesse momento, Fragelli declarou, oficialmente, à Nação a promulgação da emenda que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Em nome do Senado e da minoria, Aluísio Chaves (PDS-PA) disse que a emenda representava o encerramento de um ciclo da vida brasileira "marcado por erros e acertos". Disse que a responsabilidade da elaboração da nova Carta é imensa, e fez

um apelo aos futuros constituintes para que evitem importar um modelo estrangeiro sem ajustá-lo às peculiaridades da Nação. Pregou inovação e mudança, advertindo que a Constituinte só será duradoura se for feita sem ódio.

Pimenta da Veiga, em nome da Câmara e da maioria, centrou seu discurso nas lutas e pregações do PMDB para a convocação de uma Constituinte. Lembrou que a emenda estava sendo promulgada no dia do segundo aniversário da morte de Teotônio Vilela, homenageou Tancredo Neves, "artesão desta fantástica obra", e Ulysses Guimarães, "por sua coragem, decência política, moral e humana". A Constituinte, acrescentou, é a vitória do idealismo, e os que se opuseram à emenda "terão suas posições julgadas pela opinião pública".

Ulysses Guimarães, num curto discurso, deu o toque de emoção à solenidade. A convocação da Constituinte, afirmou, "é do povo, não das elites", e representa a retomada de sua soberania. Disse que milhões de vozes nas ruas exigem a emancipação política da sociedade" contra qualquer jugo autoritário". E concluiu, conseguindo com que quase todo o plenário ficasse de pé para aplaudi-lo:

— Não haverá desvio de rota. A travessia tem o homem como destino. Senão, o homem, milhões deles, substituirão os partidos e os constituintes que os traírem, até pela rebelião. Há 21 anos sonho com este dia. Aleluia, senhor! Continue a nos guiar para que cheguemos à terra prometida, aos homens livres das necessidades e da injustiça social.

Fragelli encerrou a solenidade afirmando que, com a convocação da Constituinte, o Brasil antecipa, política e socialmente, o século XXI.

Ulysses volta a propor comissão

BRASÍLIA — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, insistiu ontem, ao sair da solenidade da emenda convocatória da Constituinte, na necessidade da criação de uma comissão representativa da Câmara e do Senado para legislar durante os trabalhos da Assembleia. Argumenta o Deputado que não há condições para os parlamentares trabalharem simultaneamente como constituintes e como legisladores ordinários e acha que não é preciso esperar a Assembleia Constituinte para que ela própria resolva a questão: é melhor uma Comissão das duas Casas do Congresso "tratar disso desde logo".

— O Congresso tem de continuar funcionando. Não vamos fechar o Congresso com seus poderes ordinários, pois aí o Presidente teria que governar através de decretos-leis, o que nem ele nem nós desejamos.

Quanto à necessidade tão apregoada de uma Constituinte exclusiva, diz Ulysses que "toda Constituinte é exclusiva, pois seus poderes são ilimitados, ela é livre e soberana". Considera o Presidente da Câmara que o fato de uma comissão da Constituinte se dedicar à legislação ordinária não lhe quebra a autonomia.

— Em matéria de exclusividade, devemos dizer que a Constituinte é exclusivamente voltada para a Nação, voltada para o homem e seus problemas. Assim será a nossa Constituinte e assim agirão nossos Constituintes, cumprindo o seu dever — encerrou.

Lyra não aparece e explica assim a ausência: 'Não fui porque não fui'

BRASÍLIA — "Não fui porque não fui". Desta forma, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, justificou sua ausência da solenidade de promulgação da emenda convocatória da Constituinte, ontem, no Congresso, para a qual foram convidados todos os Ministros de Estado. Enquanto seus colegas de Ministério participavam da sessão solene, Lyra permaneceu no Ministério da Justiça despatchando.

Lyra negou que a ausência — sua ida ao Congresso estava prevista na agenda distribuída pela manhã no Ministério — tenha decorrido de qualquer aborrecimento com o Governo ou liderança da Aliança Democrática. "A aprovação da Constituinte é uma vitória do Governo e do Congresso", disse.

Apesar disto, o comportamento do Ministro — a quem está subordinada a Comissão para Estudos Constitucionais — nos últimos dias tem mostrado divergências com as lideranças da Aliança. Na última terça-feira, Lyra condenou veementemente a articulação para renúncia coletiva do Ministério em 15 de fevereiro, afirmando que é liderado apenas do Presidente José Sarney e só quando voltar à Câmara dos Deputados acatará decisões de lideranças.

Sobre o novo Ministério a ser escolhido pelo Presidente José Sarney, ele afirma que ainda não será uma equipe definitiva, mas apenas "circunstancial", porque a nova correlação de forças políticas só surgirá com as eleições do próximo ano. Lyra acredita que o Presidente terá poucas opções para nomear seus novos ministros, pois os políticos de ex-

pressão estão nos governos estaduais ou se desincompatibilizando para disputar as eleições da Constituinte.

Lyra observou, no entanto, que o PFL tem o maior número de senadores com mandato até 1990, candidatos a ministros: entre eles, Carlos Chiarelli, Jorge Bornhausen, Marco Maciel e Luiz Vianna.

Ele não citou nomes do PMDB candidatos ao Ministério, mas nomeou os ministros do partido que deverão desincompatibilizar-se: ele próprio, Carlos Santana, Almir Pazzianotto, Afonso Camargo e Pedro Simon, que possuem mandato e podem sair apenas em maio, e José Hugo Castello Branco, Waldir Pires, Renato Archer e Aluísio Alves, que devem sair em fevereiro.

Lyra afirmou que a articulação para renúncia coletiva do Ministério faz parte de uma tentativa da Frente Liberal de ter maior participação no Ministério — "o PFL tem o direito de pedir" —, mas que foi "um ato sem conseqüências". Na explicação do Ministro, o assunto deve ter sido realmente discutido na reunião entre as lideranças da Aliança Democrática, no último domingo, mas sob a forma de sugestão, e não decisão".

Outra ausência do Ministro, nos últimos dias, também foi comentada: faltou a um despacho com o Presidente José Sarney, mandando avisar na última hora que não tinha nenhum assunto a tratar. O episódio ficou conhecido porque o próprio Presidente Sarney, no dia seguinte, em tom de brincadeira, reclamou da falta na frente dos jornalistas.